

Juros só caem após reformas

BRASÍLIA — As taxas de juros continuam altas e só vão cair se o Congresso aprovar as reformas constitucionais. O recado foi dado ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na abertura do Seminário Internacional sobre Finanças Públicas. “Não adianta dizer que a taxa de juros é alta, se não nos dão os recursos para que ela baixe mais, se nós não temos o equilíbrio fiscal”, afirmou.

Fernando Henrique disse que o governo vai insistir nas reformas previdenciária e administrativa. O seminário, que termina na quinta-feira, comemora os 10 anos da Secretaria do Tesouro Nacional, criada no governo do então presidente José Sarney.

Sarney também participou da abertura do evento e lembrou que o Tesouro Nacional foi criado num momento em que as contas do país chegaram a níveis ingovernáveis. “Era o caos das finanças públicas”, disse.

Sarney, hoje presidente do Congresso, afirmou que o governo não tinha condições de saber o que acontecia nas contas públicas na época do Plano Cruzado. Homenageado ontem, o ex-presidente fez uma ironia. Disse que Fernando Henrique estava quebrando a tradição brasileira de amaldiçoar o passado.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, ressaltou que o Brasil não tem nenhum programa formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas que concorda com toda a avaliação de Vito Tanzi, diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo, que criticou a situação fiscal.

“Os sinais de alerta estão registrados”, disse Malan. O ministro afirmou também que a análise de Tanzi deveria servir para aumentar a “convergência política e social” sobre a necessidade das reformas. Malan repetiu que o governo espera uma inflação de um dígito em 1997 e um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 30% entre 1993 e 1998.

O aumento da dívida do setor público desde a implantação do Plano Real foi reconhecido pelo secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. O secretário explicou, contudo, que os dois fatores que levaram a esse crescimento — as elevadas taxas de juros e o reconhecimento de passivos existentes no setor público — são temporários.

**Na página 17, a entrevista
com o economista
Ilan Goldfajn**
